

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO CONTROLE FINANCEIRO E NA REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Graziele de Azevedo Silva ¹ <https://orcid.org/0000-0003-4838-6080>
Deylane Freitas Fontes Júnior ¹ <https://orcid.org/0000-0003-4838-6080>
Marcelle Cavalcante de Melo ² <https://orcid.org/0000-0003-4838-6080>
Luziana Maria Nunes de Queiroz ¹ <https://orcid.org/0000-0002-0365-3029>

Submetido: 31/10/2025 | Aprovado: 17/04/2026 | Publicado: 04/09/2026

Editora associada: Prof. José Augusto de Medeiros Monteiro

DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/2526-2289a2026id9284>

Resumo - O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da contabilidade como ferramenta de controle financeiro e sua relação com a redução do endividamento familiar e pessoal, destacando a relevância da educação financeira como instrumento de conscientização econômica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, ResearchGate e LILACS, utilizando os descritores “endividamento brasileiro”, “educação e controle financeiro” e “impacto da contabilidade no financeiro”. Foram considerados artigos publicados entre 2000 e 2024, em língua portuguesa, disponíveis integralmente e com aderência temática ao objeto investigado. Inicialmente, identificaram-se 33 estudos, dos quais 17 compuseram a amostra final após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Os resultados evidenciam que o endividamento das famílias brasileiras possui caráter multifatorial, relacionado à expansão do crédito, à precarização da renda e à insuficiência de educação financeira. Observou-se ainda que instrumentos contábeis, como controle de fluxo de caixa, planejamento orçamentário e acompanhamento de receitas e despesas, podem contribuir para maior organização financeira e prevenção do endividamento. Conclui-se que a integração entre educação financeira e conhecimentos contábeis representa estratégia relevante para promoção da estabilidade financeira, embora persistam limitações relacionadas ao baixo acesso da população a tais conhecimentos e à insuficiência de políticas públicas voltadas à educação financeira.

Palavras-chave: Contabilidade; Educação financeira; Endividamento; Finanças pessoais; Gestão financeira.

THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING IN FINANCIAL CONTROL AND REDUCING FAMILY DEBT: A LITERATURE REVIEW

Abstract - This study aims to analyze the importance of accounting as a financial control tool and its relationship with reducing family and personal debt, highlighting the relevance of financial education as an instrument of economic awareness. This is a qualitative, descriptive study developed through a literature review. Searches were conducted in the SciELO, ResearchGate, and LILACS databases using the descriptors "Brazilian indebtedness," "financial management and control," and "impact of accounting on finance." Articles published between 2000 and 2024, in Portuguese, fully available, and thematically relevant to the research topic were considered. Initially, 33 studies were identified, of which 17 comprised the final sample after applying the inclusion and exclusion criteria. The results show that Brazilian household debt is multifactorial, related to credit expansion, income precariousness, and insufficient financial education. It was also observed that accounting tools, such as cash flow control, budget planning, and monitoring of income and expenses, can contribute to greater financial organization and prevention of indebtedness. It is concluded that the integration of financial education and accounting knowledge represents a relevant strategy for promoting financial stability, although limitations persist related to the population's low access to such knowledge and the insufficiency of public policies focused on financial education.

Keywords: Accounting; Financial Education; Indebtedness; Personal Finance; Financial management.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Potiguar

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira serve como instrumento essencial para o equilíbrio econômico individual e coletivo, especialmente em um contexto de crescimento do endividamento, dificuldade de planejamento financeiro, consolidação de hábitos de poupança e consumo impulsivo, conforme destaca Moreira e Melo (2022). Os referidos autores ainda destacam que, embora o acesso à informação financeira tenha se ampliado, o nível de conhecimento prático sobre finanças pessoais ainda é insuficiente para promover comportamentos econômicos saudáveis (Moreira; Melo, 2022).

Estudos indicam que as famílias brasileiras são particularmente vulneráveis à instabilidade financeira, especialmente nos estratos de baixa renda (Soares Neto; Pinheiro; Ferraz, 2021; Ferreira, 2023). Em países considerados desenvolvidos há registros de grande endividamento privado, segundo Zabai (2017), a exemplo disso, aponta-se para a situação na Suíça, o qual apresenta endividamento acima de 120% do Produto Interno Bruto (PIB). Em nações em desenvolvimento, como Argentina, Chile e Brasil, o endividamento familiar também apresenta crescimento (Zabai, 2017).

No contexto nacional, o cenário brasileiro é preocupante, pois registra casos de crescimento em relação às dívidas, segundo Ferreira (2023), sendo 8 em cada 10 famílias brasileiras com algum tipo de dívida com o Sistema Financeiro Nacional. Ainda denota-se que em 2010, quando a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) começou a ser apurada, o percentual de famílias endividadas era de 57%, o qual apresentou um escala de evolução para aproximadamente 78%, em 2022 (Furlan, 2023).

Como consequência, o assunto de controle e gestão financeira se torna alvo de aprendizado. A educação financeira tem gerado um aprofundamento nos estudos sobre o tema em diversos países, embora persistem críticas quanto à abrangência dos seus programas e resultados, principalmente para a população adulta. Nas últimas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. Isso levou os países desenvolvidos a reduzirem o escopo e o dispêndio de seus programas de seguridade social, isto é, houve o rompimento do paradigma paternalista do Estado (Savoia; Saíto; Santana, 2007).

A educação financeira, contudo, vai além de programas formais de ensino, configurando-se um processo contínuo de desenvolvimento de hábitos, atitudes e conhecimentos para lidar com o dinheiro de forma consciente, independente do ambiente escolar. No Brasil, uma tentativa de mapear trabalhos nesta área identificou instituições, ações e conteúdos dirigidos a adultos consumidores ou interessados em produtos comercializados pelo sistema financeiro, uma vez que eram as próprias instituições que forneciam materiais informativos e desenvolviam atividades de cunho educativo. Tais ações devem estar presentes na diferenciação feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre educação financeira e proteção ao consumidor, ao realizar levantamento de iniciativas em diferentes países (Cunha, 2020).

Nesse contexto, a integração entre educação financeira e contabilidade surge como uma estratégia relevante para a mitigação do endividamento e para a promoção de uma gestão financeira mais eficaz. A contabilidade, quando aplicada de forma acessível e adaptada à realidade das famílias e pequenos negócios, pode fornecer instrumentos práticos de acompanhamento financeiro, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões conscientes (Silva, 2022).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da contabilidade como ferramenta de controle financeiro e sua relação com a redução do endividamento familiar e pessoal, destacando a relevância da educação financeira como instrumento de conscientização econômica.

O presente estudo se justifica pela relevância de compreender como a contabilidade pode servir de instrumento prático de controle financeiro, suprimindo a lacuna entre o alto endividamento e a falta de educação financeira no Brasil. A integração entre educação financeira e a ciência contábil é uma estratégia relevante para a mitigação do endividamento e a promoção de uma gestão financeira mais eficaz (Silva *et al.*, 2020; Ferreira, 2023). A contabilidade, ao fornecer instrumentos práticos de acompanhamento de receitas e despesas, pode subsidiar o planejamento e a tomada de decisões conscientes, contribuindo para que a população construa uma relação mais equilibrada com o crédito.

Ademais, a literatura aponta que o comportamento financeiro dos indivíduos, mesmo após crises econômicas severas como a da Covid-19, demonstrou poucas mudanças, reforçando a urgência da educação financeira para lidar com os colapsos econômicos. Isso está evidenciado conforme o estudo de Silva *et al.* (2024), ao argumentarem que, mesmo após o cenário da crise sanitária e econômica decorrente da pandemia, não se apresentou mudanças no comportamento

financeiro dos indivíduos, assim reforça a necessidade de educação financeira para lidar com incertezas econômicas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NOÇÕES SOBRE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento no Brasil é um fenômeno multifatorial que se consolidou ao longo das últimas décadas. De acordo com Vaz e Hoffmann (2021), entre 2004 e 2010, o país vivenciou um modelo de crescimento baseado no consumo de massas, impulsionado pelo aumento da renda familiar e pela redução da desigualdade. Mesmo com o arrefecimento da economia entre 2011 e 2014, a continuidade da redistribuição de renda, redução da pobreza e o maior acesso ao crédito permitiram a ampliação do padrão de consumo entre diferentes estratos sociais (Vaz; Hoffmann, 2021).

Ademais, Kerstenetzky *et al.* (2016) destacam que o aumento do poder de compra das famílias foi impulsionado pela forte expansão da oferta de crédito à pessoa física, para a qual contribuíram: a mudança de estratégia das instituições bancárias, que identificaram no novo contexto econômico ganhos potenciais nos empréstimos a famílias; a flexibilização regulatória, com a autorização do consignado a todos os empregados e aposentados; e a expansão do crédito direcionado imobiliário.

A estrutura familiar e seus diferentes arranjos, bem como seu tamanho, são fundamentais no estudo da análise socioeconômica. Assim, denota-se a possibilidade dos seus membros, principalmente os femininos, contribuírem para a renda da família. Leone, Maia e Baltar (2010) ressaltam que a contribuição das mulheres depende da divisão das responsabilidades domésticas e da oferta de serviços públicos que permitam sua inserção no mercado de trabalho. Conforme o autor supracitado, nos modelos familiares em que a mulher é a principal provedora, enfrentam-se desafios adicionais, especialmente diante da discriminação de gênero e da desigualdade salarial (Leone; Maia; Baltar, 2010).

Além disso, a estrutura das relações de trabalho apresenta precarização, pois há uma superexploração do trabalhador se comparado ao quanto esta pessoa ganha, o que configura a dificuldade para manutenção das finanças pessoais. De acordo com Luce (2013), a forma mais evidente desse ataque é a contratação do(a) trabalhador(a) abaixo do valor da força de trabalho, via de regra, denomina-se por “arrocho salarial”. Ao comparar o salário-mínimo nacional com o valor necessário para que uma família trabalhadora sobreviva, a pesquisa revela que, ao longo da história, a força de trabalho no Brasil tem sido remunerada abaixo de seu valor. Em 2023,

por exemplo, enquanto o salário mínimo nacional é de R\$1.320,00, o salário mínimo necessário é R\$ 6.528,93, evidenciando a necessidade de remuneração quase cinco vezes maior (Ferreira, 2023).

2.2 A DICOTOMIA ENTRE EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

A busca por controle financeiro, em muitos casos, ocorre como resposta ao endividamento, e não como uma prática preventiva. Lynch Junior (2011) explica que as decisões dos consumidores são classificadas como natureza financeira quando estão relacionadas a produtos financeiros ou afetam drasticamente o bem-estar financeiro geral do consumidor. A título de exemplo, têm-se: padrões de gastos, comportamentos de consumo, uso de crédito, endividamento, pagamento de dívidas, poupança e investimentos. O desequilíbrio entre a renda e os gastos por determinado período compromete a capacidade de investimento e gera instabilidade econômica.

É relevante que a busca pelo controle financeiro deve ser uma atitude incentivada não só nos adultos, como também em crianças e adolescentes que serão os futuros trabalhadores. Clark *et al.* (2006) afirmam que os indivíduos estão cada dia mais comprometidos por suas próprias aposentadorias e rendas, para que este feito ocorra de forma útil, é preciso um certo nível de conhecimento financeiro e, por conseguinte, o exercício do planejamento financeiro.

De acordo com Veiga *et al.* (2019), em termos sociais, investigar os antecedentes e consequentes da Gestão Financeira Pessoal (GFP) é importante porque a competência nessa área pode reduzir os efeitos negativos da falta de dinheiro. Ademais, o conhecimento das características do comportamento financeiro de um indivíduo pode auxiliar no desenvolvimento de programas de educação financeira voltados para aumentar a qualidade de vida da população. Por exemplo, tal conhecimento pode embasar programas que busquem auxiliar no uso sensato de crédito, gerenciamento de fluxo de caixa e comportamentos de poupança para melhorar a GFP, diminuindo problemas financeiros e o estresse decorrente. O conhecimento das dimensões do comportamento de GFP pode também ser útil para instituições financeiras, provendo informações para a segmentação dos consumidores, conforme seu perfil e padrão comportamental (Veiga *et al.*, 2019).

No setor empresarial, observa-se crescente interesse pela educação financeira, com iniciativas voltadas à capacitação dos consumidores e atualizações tecnológicas. Lazaretti Junior, Castanheira e Maschio (2024) descreve que o interesse das entidades privadas pela educação financeira tem crescido, refletido em maiores investimentos no tema. A Federação

Brasileira de Dados (Febraban), por exemplo, disponibiliza o portal 'Meu Bolso em Dia', com conteúdos voltados à gestão financeira.

Na mesma linha de pensamento, Lazaretti Junior, Castanheira e Maschio (2024) ainda afirma que o portal utilizado pela Febraban ajuda a informar sobre modalidades de crédito, investimentos, títulos do tesouro, câmbio, operações bancárias cotidianas, como cheques, cartões de débito e de crédito, taxas bancárias, transferências, conta salário e contas estudantis, dentre vários outros temas relacionados ao mercado financeiro.

O equilíbrio financeiro pode-se configurar um desafio se visto do âmbito estadual, já que as políticas públicas ainda são insuficientes para a conscientização da população e, se vistas em comparação com outros países, é basicamente inexistente. A nível global, Holzmann e Miralles (2005) apontam que há escassez de conhecimento sobre o tema (educação financeira), sendo a mídia como principal agente envolvida no processo de capacitação financeira, e tanto os indivíduos quanto as instituições enfrentam dificuldades para se inserir na educação financeira. Já no Brasil, embora tenham sido implementadas importantes políticas públicas voltadas à educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e sua incorporação às diretrizes educacionais, a literatura recente indica que as ações ainda não são suficientes para promover níveis adequados de educação financeira na população, sobretudo diante do persistente cenário de elevado endividamento das famílias brasileiras (Bufalo; Pinto, 2023; Del Fiori *et al.*, 2024).

2.3 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE CONTROLE FINANCEIRO

A literatura contemporânea destaca ainda que a contabilidade desempenha papel relevante na organização das informações financeiras e no suporte à tomada de decisão, tanto em ambientes empresariais quanto na gestão das finanças pessoais (Lusardi; Mitchell, 2014; Silva, 2022).

Apesar de sua relevância, o conhecimento contábil ainda é pouco difundido entre indivíduos e famílias, sendo mais comum no meio empresarial. Dessa maneira, torna-se desejável que os indivíduos desenvolvam conhecimentos básicos de contabilidade aplicados às finanças pessoais, especialmente aqueles relacionados à elaboração e ao acompanhamento do orçamento familiar, ao controle do fluxo de caixa, ao registro sistemático de receitas e despesas e ao monitoramento do planejamento financeiro (Lusardi; Mitchell, 2014; Feitosa *et al.*, 2023).
. A Contabilidade aplicada às finanças pessoais é um sistema de registro de movimentos

financeiros que permite a produção de demonstrativos que fornecem uma visão clara da situação patrimonial de uma pessoa ou instituição (Pires, 2006).

O estudo de Moreira e Melo (2022) aborda o nível de conhecimento entre os discentes do curso de Ciências Contábeis, Administração e Direito. Os achados evidenciam níveis baixos e intermediários de educação financeira entre os discentes, com diferenças significativas entre os cursos analisados. Estudantes das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, como o curso de Ciências Contábeis, apresentaram desempenho superior, o que indica a influência da formação acadêmica no conhecimento financeiro (Moreira; Melo, 2022).

Ainda pode ser possível analisar mudanças significativas no controle financeiro, por isso, o entendimento da contabilidade é necessário para diversas entidades/pessoas, independente de possuir ou não uma natureza empresarial. Estudos recentes destacam que a utilização das ferramentas contábeis no controle orçamentário de pessoas físicas possibilita o controle e gestão do patrimônio pessoal visando o alcance de metas financeiras, a proteção dos seus recursos, a prevenção do endividamento e a sua disponibilidade futura (Feitosa *et al.*, 2023). A utilização integrada desses instrumentos favorece às finanças pessoais, sendo o orçamento utilizado como ferramenta de planejamento e a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa como instrumentos de acompanhamento e controle da execução financeira. .

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva, por meio de revisão bibliográfica. Em consonância com Markoni e Lakatos (2023) , a revisão bibliográfica é uma modalidade de pesquisa que visa organizar um grande volume de documentos seguindo protocolos específicos. Desta forma, há o filtro de aspectos essenciais, como delimitação da questão, seleção de bases, tipos de documentos, estratégias de busca e sistematização dos resultados (Markoni; Lakatos, 2023).

Durante a revisão bibliográfica, ocorreu a análise de artigos científicos publicados em periódicos, dando ênfase aos documentos mais recentes e considerando o aspecto analítico e descritivo do conteúdo. Os dados foram coletados exclusivamente nas bases ResearchGate, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) diante do aspecto de originalidade dos artigos. As buscas bibliográficas foram realizadas durante o ano de 2024 com propósito de identificar estudos

relacionados aos descritores "endividamento brasileiro", "educação e controle financeiro" e "impacto da contabilidade no financeiro" .

Em razão da ampla produção científica disponível sobre esses temas, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para delimitar o *corpus* de análise. Assim, optou-se pela seleção de artigos publicados em língua portuguesa, considerando que o objetivo da pesquisa foi analisar a produção científica difundida, predominantemente, em periódicos nacionais e voltada às especificidades do contexto socioeconômico brasileiro. Essa delimitação metodológica buscou conferir maior homogeneidade ao conjunto de estudos analisados, possibilitando uma discussão alinhada às características econômicas, sociais e institucionais do país, sem a pretensão de esgotar a literatura internacional sobre o tema. Além disso, foram considerados artigos publicados entre 2000 e 2024, período definido para contemplar tanto os fundamentos teóricos quanto a evolução das discussões acerca da educação financeira, da utilização de instrumentos contábeis nas finanças pessoais e do endividamento das famílias brasileiras.

A opção por filtrar artigos publicados em língua portuguesa também permitiu analisar como essa temática vem sendo discutida e consolidada na produção científica nacional, especialmente em periódicos brasileiros da área de Administração, Contabilidade e Economia. Durante a procedência da coleta de dados, há classificação dos periódicos científicos conforme classificação da Capes, nesse sentido, visa avaliar a qualidade das revistas que têm publicado sobre a temática no Brasil.

O critério de seleção incluiu: (i) pertinência temática direta aos descritores; (ii) publicação em periódicos científicos; (iii) disponibilidade integral do texto. Salienta-se na etapa do processo de triagem que foram excluídos trabalhos duplicados, resumos expandidos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros e trabalhos que não abordavam a relação direta entre contabilidade, educação financeira, controle financeiro e endividamento.

Durante a etapa de seleção do conteúdo, os documentos buscados na base de dados totalizaram o montante de 33 artigos. Após leitura dos títulos e resumos para verificação da pertinência temática, foram selecionados 24 trabalhos para leitura integral. Posteriormente, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 17 artigos compuseram a amostra final da pesquisa. A análise dos estudos ocorreu de forma qualitativa e descritiva, buscando identificar contribuições relacionadas às causas do endividamento, à educação financeira e à utilização da contabilidade como instrumento de controle e planejamento financeiro.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os estudos selecionados foram agrupados em três categorias temáticas definidas a partir da recorrência dos assuntos identificados na literatura analisada: (i) endividamento brasileiro; (ii) educação e controle financeiro; e (iii) impacto da contabilidade no financeiro. A categorização buscou organizar os estudos conforme sua principal abordagem analítica, embora se reconheça a existência de inter-relações entre os temas, especialmente entre educação financeira, controle financeiro e prevenção do endividamento.

Quadro 1 – Distribuição quantitativa dos artigos por categoria.

Fonte: Elaborado pelos O Quadro 1 entre as categorias revisão bibliográfica	Categorias	Quantidade de artigos	autores (2024) mostra o comparativo utilizadas durante a (controle financeiro, endividamento das famílias e impacto da contabilidade) e o quantitativo de artigos por categoria. Diante o tema “Controle financeiro”, foram analisados 5 artigos que abordam práticas e metodologias para melhorar a gestão financeira pessoal e familiar. No tópico “endividamento brasileiro”, foram utilizados 7 artigos que discutem as causas, consequências e dinâmicas associadas ao aumento das dívidas familiares. Por fim, o tema “impacto da contabilidade” possui 5 estudos que investigam como a contabilidade pode contribuir para um controle financeiro mais eficiente e reduzir o endividamento.
	Controle financeiro	5	
	Endividamento brasileiro	7	
	Impacto da contabilidade	5	

Com essas informações, pode-se agrupar os tópicos em quadros a partir de sua categoria, levando em conta a autoria, revista e ano de publicação dos 17 artigos acadêmicos utilizados na construção deste estudo. Dessa maneira, serão fornecidos maiores detalhes acerca de cada tópico, explicando que dados foram extraídos a partir de cada categoria.

Quadro 2 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre controle financeiro.

Nº	Autoria	Título	Revista	Classificação da revista
CONTROLE FINANCEIRO				
01	Savoia; Saito; Santana (2007)	Paradigmas da educação financeira no Brasil.	Revista de Administração Pública.	Qualis (2021–2024): A2 Nova Classificação CAPES: B – Bom
02	Veiga <i>et al.</i> (2019)	Validação de Escalas para Investigar a Gestão Financeira Pessoal.	Revista Brasileira de Gestão de Negócios.	Qualis (2021–2024): A2 Nova Classificação CAPES: B – Bom
03	Cunha (2020)	O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira	Educação & Sociedade.	Qualis (2021–2024): A1 Nova Classificação CAPES: F – Fraco

		como política pública no Brasil.		
04	Vieira; Matheis; Rosenblum (2023)	Preparação financeira para aposentadoria : análise multidimensional da percepção dos brasileiros.	Revista Contabilidade & Finanças.	Qualis (2021–2024): A2 Nova Classificação CAPES: B – Bom
05	Lazaretti Junior; Castanheira; Maschio (2024)	A importância da educação financeira no Brasil.	Revista Científica Multidisciplinar	Qualis (2021–2024): A4 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise das publicações revela que na categoria “controle financeiro”, os artigos discutem a gestão financeira tanto no contexto empresarial quanto no pessoal. Destacam-se os artigos mais recentes, como o de Cunha (2020), publicado na Revista Educação & Sociedade, que trata da educação financeira como política pública, e o de Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), publicado na Revista Contabilidade & Finanças, que aborda a preparação financeira para aposentadoria. Já o artigo de Savoia, Saito e Santana (2007) trata de temas relacionados à gestão financeira empresarial e à educação financeira no Brasil, respectivamente.

No âmbito da gestão financeira pessoal, destaca-se a importância do planejamento financeiro para reduzir o estresse e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. A má administração dos recursos financeiros, frequentemente associada à impulsividade nas compras, ressalta a necessidade de educação financeira para promover comportamentos responsáveis, como a poupança e o controle de dívidas. Por outro lado, a gestão financeira empresarial enfatiza o papel de um sistema de informações eficaz para monitorar fluxos de caixa e mensurar resultados. Nesse contexto, os gestores são avaliados com base em suas responsabilidades financeiras específicas, incluindo o controle de custos e a análise de oportunidades, enquanto as áreas de compras, vendas e tesouraria são integradas ao processo de controle financeiro.

Além disso, os paradigmas da educação financeira no Brasil reforçam a necessidade de criar uma cultura de poupança e planejamento financeiro, especialmente em função da redução do papel paternalista do Estado. A implementação de programas de capacitação financeira busca capacitar indivíduos a tomarem decisões mais conscientes sobre crédito, investimentos e consumo, promovendo maior estabilidade financeira. Tanto o setor público quanto o privado têm papel fundamental na promoção da educação financeira, com esforços que devem ser iniciados desde a formação escolar. Assim, o controle financeiro emerge como uma ferramenta

essencial para assegurar não apenas o equilíbrio das finanças, mas também a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade econômica em diferentes contextos.

Quadro 3 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre endividamento brasileiro.

Nº	Autoria	Título	Revista	Classificação da revista
ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO				
06	Leone; Maia; Baltar (2010)	Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.	Economia e Sociedade.	Qualis (2021–2024): A2 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
07	Rosa (2016)	As famílias na abordagem minskyana: aspectos e desdobramentos do endividamento das famílias americanas no século XX e início do XXI.	Revista de Economia Política.	Qualis (2021–2024): A1 Nova Classificação CAPES: B – Bom
08	Ribeiro; Lara (2016)	O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório.	Serviço Social & Sociedade.	Qualis (2021–2024): A1 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
09	Soares Neto; Pinheiro; Ferraz (2021)	Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social.	Sociologias.	Qualis (2021–2024): A1 Nova Classificação CAPES: F – Fraco
10	Vaz; Hoffmann (2021)	Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017.	Economia e Sociedade.	Qualis (2021–2024): A2 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
11	Ferreira (2023).	Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho.	Serviço Social & Sociedade	Qualis (2021–2024): A1 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
12	Pontes; Peñaoza (2023).	Alfabetização econômica e endividamento: quando os hábitos superam o conhecimento.	Revista Econômica do Nordeste.	Qualis (2021–2024): A3 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação à categoria “Endividamento brasileiro”, a maioria das publicações se concentra nos últimos anos, com destaque para os artigos de Ferreira (2023) e Pontes e Penãoza (2023), que abordam o endividamento das famílias brasileiras no contexto de crises econômicas e financeirização. Outros artigos mais antigos, como os de Ribeiro e Lara (2016) e Rosa (2016), publicados nas Revistas Serviço Social & Sociedade e Economia Política, respectivamente, discutem o endividamento a partir de uma perspectiva sociológica e histórica. Os estudos mais recentes, como Soares Neto, Pinheiro e Ferraz (2021); e Vaz e Hoffmann (2021) analisam o impacto das mudanças no padrão de consumo das famílias e a relação entre educação financeira e endividamento.

O endividamento das famílias brasileiras é uma questão complexa e multifacetada, que reflete tanto as transformações globais da economia quanto às especificidades da estrutura socioeconômica do país. Estudos como os de Ferreira (2023), Soares Neto, Pinheiro e Ferraz (2021) e Vaz e Hoffmann (2021) identificam que a expansão do crédito e a precarização da renda contribuíram significativamente para o aumento do endividamento das famílias brasileiras. Produtos como cartões de crédito, financiamentos habitacionais e empréstimos

consignados passaram a ser amplamente disponibilizados, inclusive para segmentos que tradicionalmente não tinham acesso a esses instrumentos. No entanto, o aumento da oferta de crédito não veio acompanhado de um fortalecimento da renda ou de condições econômicas que garantam segurança financeira para os trabalhadores.

A expansão da financeirização ampliou o acesso da população ao crédito e aos serviços financeiros, sendo frequentemente associada à inclusão econômica e ao aumento da capacidade de consumo das famílias (Vaz; Hoffmann, 2021). Entretanto, estudos também destacam que esse processo pode contribuir para o aumento do endividamento e da vulnerabilidade financeira, especialmente em contextos marcados por desigualdade de renda, precarização do trabalho e baixo nível de educação financeira (Cunha, 2020; Ferreira, 2023). Nesse sentido, o endividamento das famílias brasileiras deve ser compreendido não apenas como resultado de decisões individuais, mas também como fenômeno relacionado às transformações econômicas e à ampliação do crédito nas últimas décadas.

Essa dinâmica se agrava no contexto brasileiro devido à superexploração da força de trabalho, conceito que destaca como os trabalhadores, ao serem remunerados abaixo do necessário para a sua reprodução, acabam recorrendo ao crédito para suprir necessidades básicas. Assim, uma parte significativa de seus salários é comprometida com o pagamento de dívidas, perpetuando um ciclo de expropriação econômica. O endividamento, nesse sentido, não é apenas uma consequência da falta de planejamento financeiro, mas uma manifestação da precariedade estrutural do trabalho e da renda no país.

Quadro 4 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre o impacto da contabilidade.

Nº	Autoria	Título	Revista	Classificação da revista
IMPACTO DA CONTABILIDADE				
13	Faria; Carvalho (2020)	Contabilidade Pessoal: Um estudo de caso acerca da contribuição da Contabilidade nas finanças de um indivíduo.	Revista Controladoria e Gestão.	Qualis (2021–2024): B2 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
14	Silva <i>et al.</i> (2020)	A contabilidade como ferramenta de auxílio às Finanças pessoais: perspectiva dos discentes de Ciências contábeis.	Revista Gestão e Organizações.	Qualis (2021–2024): B3 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente
15	Souto (2021)	A contabilidade como ferramenta de gestão de finanças pessoais.	Revista Científica BSSP.	Qualis (2021–2024): B3
16	Souza; Ferreira (2021)	A contabilidade e seu uso no planejamento das finanças pessoais: estudo de caso com alunos do UNIPAM.	Revista do Fórum Gerencial.	Periódico não possui nenhuma classificação
17	Silva (2022)	A contabilidade e o gerenciamento das finanças pessoais.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.	Qualis (2021–2024): A3 Nova Classificação CAPES: I – Insuficiente

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que concerne à categoria “Impacto da Contabilidade”, a maior parte dos artigos foi publicada entre 2019 e 2022. Artigos como Faria e Carvalho (2020), publicado na Revista Controladoria e Gestão, e Silva *et al.* (2020), publicado na Revista Gestão e Organizações, discutem o papel da contabilidade no planejamento financeiro pessoal. Estudo de Souto (2021) aborda o impacto da contabilidade na gestão financeira familiar, enquanto Silva (2022) explora o gerenciamento das finanças pessoais.

Empiricamente, denota-se que a contabilidade desempenha papel relevante no controle e planejamento financeiro, contribuindo para a organização das informações econômicas e para a tomada de decisões tanto em empresas quanto no ambiente familiar (Silva, 2022; Feitosa *et al.*, 2023). Estudos indicam que a gestão familiar pode influenciar positivamente a qualidade das informações financeiras ao reduzir assimetrias informacionais. Contudo, há desafios relacionados à menor tempestividade em horizontes de longo prazo, o que pode impactar negativamente a reação do mercado e a captação de recursos a custos competitivos.

Esse cenário reflete a necessidade de práticas contábeis robustas para alinhar interesses e melhorar a transparência nos relatórios financeiros já no contexto familiar, a educação financeira e a contabilidade básica desempenham um papel crucial na prevenção do endividamento e na promoção da estabilidade financeira. Ferramentas simples, como o fluxo

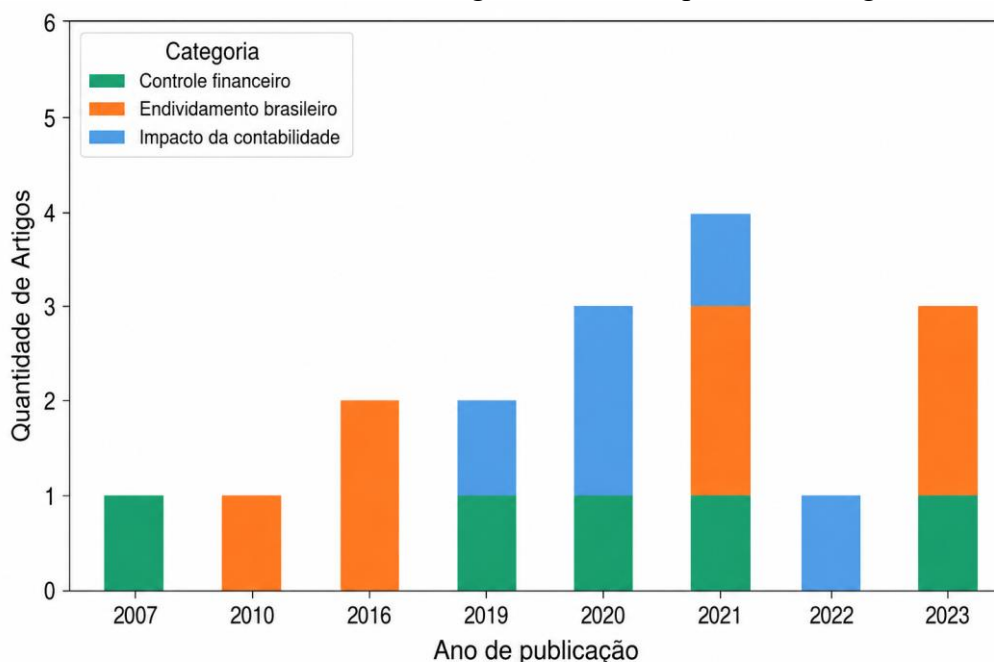
de caixa e o balanço patrimonial, podem auxiliar na gestão de receitas e despesas, possibilitando um planejamento mais eficiente. A falta de conhecimento contábil é um dos principais fatores que levam ao descontrole financeiro, especialmente em ambiente de custos elevados e alta dependência de crédito. Incorporar conceitos básicos de contabilidade ao cotidiano das famílias pode transformar o modo como administram seus recursos, criando hábitos mais conscientes e sustentáveis.

Portanto, a contabilidade, seja em sua aplicação corporativa ou pessoal, revela-se como um instrumento de organização e tomada de decisão que, se bem utilizada, tem o potencial de minimizar o descontrole financeiro, promover estabilidade e gerar benefícios econômicos e sociais no longo prazo.

Entretanto, o Estado como principal provedor de políticas voltadas à população, deve proporcionar mais ações com maior impacto e constância para que, dessa forma, possa mudar a consciência e o modo de agir de boa parte da sociedade. A educação financeira se apresenta e pretende como uma ação perene, constante, uma política de Estado, segundo os termos oficiais. Se alguns conteúdos são retirados da pauta escolar, há que se atentar para os que são acrescidos a ela. Colocando-se como solução a problemas identificados em leituras especializadas da realidade, a educação financeira acaba por definir os termos pelos quais os próprios problemas são formulados e compreendidos (Cunha, 2020).

Os estudos analisados convergem ao apontar a educação financeira como fator relevante para prevenção do endividamento (Savoia; Saito; Santana, 2007; Veiga *et al.*, 2019; Pontes; Peñaloza, 2023). Entretanto, Cunha (2020) critica abordagens que individualizam o problema financeiro sem considerar fatores estruturais. Por fim, para ter maior visibilidade do período que foram publicados os artigos e seus respectivos temas, foi realizada a construção do gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos distribuídos por ano e categoria.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

De acordo com o Gráfico 1, é possível verificar o quantitativo dos artigos avaliando as categorias e ano de publicação, no qual pode-se observar que a maioria dos artigos das três categorias, totalizando 13, foi publicada nos últimos cinco anos (2019-2023). Esse fato destaca a atualidade dos estudos, pode-se inferir que os temas abordados estão em alta ou têm relevância crescente. Assim sendo, essa concentração de publicações recentes nas três categorias reflete a crescente relevância desses temas, que estão diretamente ligados às mudanças econômicas e sociais recentes. O aumento das discussões sobre educação financeira, o endividamento das famílias e a aplicação da contabilidade para a gestão de finanças pessoais mostram a necessidade de adaptação das pesquisas acadêmicas às novas demandas e desafios da sociedade.

A concentração de publicações entre 2019 e 2023 (Gráfico 1) reflete não apenas o aumento do interesse acadêmico, mas também a intensificação da crise de endividamento no período pós-pandemia e a ampliação das políticas públicas de educação financeira no Brasil. Destaca-se, nesse contexto, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que promove ações voltadas ao desenvolvimento de competências financeiras da população e ao incentivo à adoção de práticas de planejamento e consumo consciente, aspectos que também impulsionaram o crescimento das pesquisas sobre educação financeira e finanças pessoais. . Contudo, como aponta Cunha (2020), tais iniciativas frequentemente individualizam o problema, ignorando as causas estruturais do endividamento — um ponto reforçado por Ferreira

(2023) e Soares Neto, Pinheiro e Ferraz (2021), cujos estudos destacam a superexploração da força de trabalho como fator central.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a importância da contabilidade como ferramenta de controle financeiro e sua relação com a redução do endividamento familiar e pessoal, mediante a revisão bibliográfica. Após a realização da pesquisa, foi possível responder ao problema proposto, ao identificar que o endividamento das famílias brasileiras constitui um fenômeno multifatorial, relacionado não apenas às decisões individuais de consumo, mas também à ampliação do acesso ao crédito, à precarização da renda e às transformações nas relações econômicas contemporâneas. . Esses elementos tornam ainda mais desafiador para muitas famílias a manutenção da estabilidade financeira, evidenciando a necessidade de maior conscientização sobre os riscos do endividamento e da gestão financeira.

Os estudos analisados convergem ao apontar que a educação financeira e o controle financeiro representam mecanismos relevantes para a promoção de maior organização das finanças pessoais e prevenção do endividamento. Nesse contexto, observou-se que instrumentos associados à contabilidade, como planejamento orçamentário, controle de receitas e despesas e acompanhamento do fluxo de caixa, podem contribuir para maior conscientização financeira e apoio à tomada de decisão no ambiente familiar.

Foi possível também concluir que, apesar da necessidade urgente de uma gestão financeira mais eficaz, existem barreiras significativas, como a falta de políticas públicas adequadas e de iniciativas educativas que visem a disseminação de técnicas de controle financeiro. O estudo destacou que, além das questões financeiras pessoais e empresariais, a educação financeira poderia ser implementada de forma mais ampla, atingindo diversas fases da vida, desde a educação básica até o ambiente de trabalho. A capacitação nesse sentido é essencial para capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras mais informadas e responsáveis.

Entretanto, o estudo apresenta limitações relacionadas ao número de bases consultadas, à predominância de literatura nacional e ao recorte temático adotado, aspectos que restringem a abrangência dos resultados obtidos. Além disso, a natureza qualitativa e bibliográfica da pesquisa não permite generalizações amplas sobre o comportamento financeiro da população.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos e quantitativos que investiguem a efetividade da aplicação de ferramentas contábeis

na gestão das finanças pessoais, bem como análises comparativas entre diferentes contextos socioeconômicos e níveis de educação financeira. A implementação de tais práticas pode contribuir significativamente para a melhoria da gestão financeira individual, ajudando a evitar o endividamento e promovendo maior estabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Periódicos-ADM**: Classificador de Periódicos. Área: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em: <https://periodicos-adm.com/>. Acesso em: 01 de jul. 2026.

BUFALO, D. C. L.; PINTO, R. Â. B. Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 28, p. e023023, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100036>.

CLARK, R. L.; d'AMBROSIO, M. B.; McDERMED, A. A.; SAWANT, K. Retirement plans and saving decisions: the role of information and education. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 5, n. 1, 2006, p. 45–67. <http://doi.org/10.1017/S1474747205002271>.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e218463, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

DEL FIORI, D.; FRANCO NEVES, S.; VIEIRA SÁ, M. T.; VIEIRA JUNIOR, R. O. L. O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. **Informe Econômico (UFPI)**, [S. l.], v. 49, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.26694/2764-1392.4759>.

FARIA, J. A. de; CARVALHO, N. M. Contabilidade pessoal: um estudo de caso acerca da contribuição da contabilidade nas finanças de um indivíduo. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 1, n. 1, p. 16-35, jan./jun. 2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. FEBRABAN. **Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/>. Acesso em: 18 de jun. 2024.

FEITOSA, C. de L.; CRUZ, V. L.; SILVA, M. dos S.; FÉLIX JÚNIOR, L. A. Um estudo sobre a utilização das ferramentas contábeis no controle orçamentário das pessoas físicas. **Revista Gestão e Organizações**, v. 8, n. 3, p. 1-27, 2023. <https://doi.org/10.18265/2526-2289v8n3p1-27>.

FERREIRA, C. C. de O. Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. e6628338, 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.338>.

FURLAN, M. **Endividamento das famílias é de quase 80%**. Serasa Limpa Nome, Publicado em: 23 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Acesso em: 20 de jun. 2024

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond. **The World Bank**, Oct. 2005. Disponível em: http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715. Acesso em: setembro 2024.

LAZARETTI JUNIOR, R. C.; CASTANHEIRA, G. S.; MASCHIO, P. A. S. A importância da educação financeira no Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 5, n. 12, p. e5126104, 2024. <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i12.6104>.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, p. 59-77, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000100003>.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 169-190, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **Journal of economic literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. <http://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

LYNCH JUNIOR, J. G. Introduction to the journal of marketing research special interdisciplinary issue on consumer financial decision making. **Journal of Marketing Research**, v. 48, n. SPL, p. Siv-Sviii, 2011. <https://doi.org/10.1509/jmkr.48.SPL.Siv>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2023.

MOREIRA, C. S.; MELO, J. M. Educação financeira: estudo comparado entre discentes de Ciências Contábeis, Administração e Direito. **Revista Gestão e Organizações**, v. 7, n. 2, p. 134-147, 2022. <https://doi.org/10.18265/2526-2289v7n2p67-86>.

PIRES, V. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas**. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2006.

PONTES, M. D. M.; PEÑALOZA, V. Alfabetização econômica e endividamento: quando hábitos superam o conhecimento. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, n. 3, p. 8-31, 2023. <https://doi.org/10.61673/ren.2023.1365>.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, p. 340-359, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>.

ROSA, E. S. T. As famílias na abordagem Minskyana: aspectos e desdobramentos do endividamento das famílias americanas no século XX e início do XXI. **Brazilian Journal of**

Political Economy, v. 36, p. 130-149, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n01a08>.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>.

SILVA, J. A.; LIMA, F. F.; VASCONCELOS, R. B. B.; SANTOS, A. S. Avaliação do comportamento financeiro no cenário pós-crise da COVID-19. **Revista Gestão e Organizações**, v. 9, n. 1, p. 107-123, jan./mar. 2024. <https://doi.org/10.18265/2526-2289a2024id8479>.

SILVA, P. C. C. da. A Contabilidade e o Gerenciamento das Finanças Pessoais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 12, p. 23-30, 2022. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i12.7968>.

SILVA, P. R. A.; NASCIMENTO, I. C. S. do; MIRANDA, M. C. de; MELO, G. C. V. de; SILVA, S. L. P. A contabilidade como ferramenta de auxílio às finanças pessoais: perspectiva dos discentes de Ciências Contábeis. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5, n. 2, p. 89-114, jan./jun. 2020. <https://doi.org/10.18265/2526-2289v5n1p89-114>.

SOARES NETO, H. F.; PINHEIRO, L. I. F.; FERRAZ, M. I. F. Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 356-384, 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-101294>.

SOUTO, D. O. A contabilidade como ferramenta de gestão de finanças pessoais. **Revista Científica BSSP**, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2021.

SOUZA, A. F.; FERREIRA, J. M. A contabilidade e seu uso no planejamento das finanças pessoais: estudo de caso com alunos do UNIPAM. **Revista do Fórum Gerencial**, v. 1, n. 3, p. 10-22, 2021.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 163-186, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v30n1art08>.

VEIGA, R. T.; AVELAR, C.; MOURA, L. R. C.; HIGUCHI, A. K. Validação de escalas para investigar a gestão financeira pessoal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 21, n. 2, p. 332-348, 2019. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v21i2.3976>.

VIEIRA, K. M.; MATHEIS, T. K.; ROSENBLUM, T. O. A.. Financial preparation for retirement: multidimensional analysis of the perception of Brazilians. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, n. 91, p. e1705, 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20221705.en>.

ZABAI, A. **Deuda de los hogares**: evolución reciente y retos. Informe Trimestral del BPI, dezembro de 2017. Disponível em: http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1712f_es.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.
